

## Mapeamento das políticas públicas educacionais

### Mapping of public education policy

**Shaiane Caroline Kochhann**

Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Rio Grande do Sul, Brasil  
shaikochhann@hLotmail.com

**Sandra Leonara Obregon**

Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Rio Grande do Sul, Brasil  
sandraobregon12@gmail.com

**Luis Felipe Dias Lopes**

Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Rio Grande do Sul, Brasil  
lflopes67@yahoo.com.br

**Renan Hauch Tassi**

Centro Superior de Educação Norte do Rio Grande do Sul, UFSM, Rio Grande do Sul, Brasil  
renan\_hauch@hotmail.com

#### Resumo

O estudo se concentra em analisar as políticas públicas existentes voltadas para a educação a nível Federal (Brasil), Estadual (Rio Grande do Sul) e Municipal especificamente do município de Palmeira das Missões-RS. Metodologicamente, este estudo classifica-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, sendo de caráter exploratório o qual se baseia na análise de conteúdo de diversas fontes de documentos e sites governamentais. Como principais resultados, constatou-se a presença de diversos programas e projetos educacionais vigentes no país, sendo esses muito importantes para a promoção da educação da sociedade. Além disso, ressalta-se que mesmo tendo muita significância para a população, ainda necessita-se de maior fomento dessas políticas públicas para haver de fato o desenvolvimento econômico, social e cultural da população.

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Programas e projetos. Educação e sociedade.

#### Abstract

The study focuses on analyzing existing public policies for education at the federal level (Brazil), state (Rio Grande do Sul) and Municipal specifically Palmeira das Missões-RS. Methodologically, this study is classified as a bibliographical and documentary research, with exploratory which is based on content analysis of various sources of documents and government websites. As main results, it was found the presents of several existing programs and educational projects in the country, these very important to promote education society. In addition, it is noteworthy that even though a lot of significance for the population, still need is greater promotion of these public policies to actually be economic, social and cultural development of the population.

**Keywords:** Public policy. Programs and projects. Education and society.

#### 1 Introdução

Após entrar em vigência a Constituição de 1988 no Brasil, observou-se uma grande preocupação por parte da iniciativa pública para com projetos de infraestrutura de questões assistencialistas, intervencionista e que dão suporte ao desenvolvimento econômico, social e

cultural da sociedade. Posteriormente ao período da Ditadura Militar e demais Guerras em que houve a participação do Brasil, surgiram necessidades de incrementar na agenda de governo políticas que venham priorizar e alavancar melhores condições de vida a população.

Principalmente durante o século XXI, a sociedade brasileira demonstrou-se aberta e madura quanto as discussões relacionadas a assuntos históricos que envolvem as diversas desigualdades, fenômenos sociais, miséria, segurança pública, educação, saúde, bem como, com as questões culturais intrínsecas na vida dos cidadãos brasileiros (BATISTA, 2014).

Nesta perspectiva, por meio da iniciativa pública, o governo busca adotar ações que visem erradicar ou minimizar demandas e problemas que vêm afligindo a vida da população. Assim, após a democratização do poder público, o governo através da participação popular da sociedade, buscou também analisar, levantar, discriminar e aplicar políticas de melhorias para uma sociedade mais justa e igualitária.

Como forma de ações assistencialistas, as Políticas Públicas possuem algumas definições importantes atreladas as ações de curto, médio e longo prazo adotadas pelo setor governamental. Seus projetos constituem-se de atitudes voltadas ao curto prazo podendo garantir até um ano de atuação visando sanar determinada demanda. A denominação “programas”, diz respeito a ações mais sólidas, difundidas e de grande aceitação por parte da comunidade local, tendo em vista a melhoria do padrão de vida de uma sociedade, estabelecido dentro de um período de tempo maior para o seu desenvolvimento e com seu tempo de vida atrelado até o alcance da meta instituída pelo governo.

Uma das grandes áreas em que o governo procura investir boa parte de seu recurso público está relacionada à educação (GIRO, BARBOSA, 2007). Isso é corroborado pela Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 176, obrigatoriamente afirma que “a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito por cento, os Estados, ao Distrito Federal e os municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida em transferências, para a manutenção e o desenvolvimento do ensino.”.

Sendo assim, a educação por configurar uma área de grande relevância para o governo, é alvo de grandes investimentos. Entretanto, esses investimentos ainda não conseguem cobrir a totalidade da população brasileira, como também, oferecer infraestrutura adequada ao nível municipal dentro das escolas, como por exemplo, por meio da oferta de materiais básicos, tanto para a manutenção escolar como voltados ao ensino, assim como pagamentos e investimentos nos docentes para o desenvolvimento através de capacitações e cursos de aperfeiçoamento (GIRO, BARBOSA, 2007).

Devido à complexidade das sociedades modernas, da globalização e os diversos processos de exclusão, o governo por meio das políticas públicas visa atender integralmente a população, oferecendo a boa parte das crianças, adolescentes, e adultos um ensino gratuito e de qualidade, independentemente do nível cursado pelo indivíduo (SANTOS, OLIVEIRA, 2012). Porém, ainda há muito que se fazer com relação a políticas públicas voltadas a educação no país.

Diante dessa explanação, o objetivo deste estudo se concentra em analisar as políticas públicas existentes voltadas para a educação a nível Federal (Brasil), Estadual (Rio Grande do Sul) e Municipal especificamente do município de Palmeira das Missões-RS. Ressalta-se ainda, que o município em estudo obtém aproximadamente 35.120 mil habitantes, sendo considerado um município de pequeno porte (IBGE, 2010). Por isso, cabe salientar que este estudo é de suma importância em vista que a maioria dos municípios do estado do Rio Grande do Sul possuem uma estrutura mediana, podendo este ser referencia para uma base comparativa sobre a situação atual vivenciada pela população local, bem como próxima da realidade enfrentada pelos municípios vizinhos.

## 2.Importância das políticas públicas como ações assistencialistas

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e também durante a década de 1990, o panorama político brasileiro sofreu fortes mudanças, principalmente no que diz respeito às políticas sociais, ocorrendo à transferência de um grande conjunto de atribuições e competências para os níveis subnacionais de governo (LOTTA, GONÇALVES e BITELMAN, 2014). Parte-se do pressuposto que a descentralização das políticas públicas no Brasil nasceu por meio da expressiva onda de democracia auferida nos anos de 1970 e 1980, em contraposição ao período histórico do regime militar, denominado por sua característica de excessiva centralização ao governo federal, onde tal modelo de governo gerou durante o período grande ineficiência, corrupção e ausência de participação no processo decisório (FRANZESE, 2010).

A Constituição de 1988 surgiu de forma autônoma pelo Estado com a finalidade de melhorar as condições de vida da população. E a necessidade de implementar políticas sociais no Brasil, vem apresentando nas últimas décadas caráter incremental e essencial para a melhoria e o desenvolvimento do padrão de vida das pessoas e comunidades locais (LIMONTE, PERES e CALDAS, 2014).

Por meio da promoção de ações públicas que visam dar apoio a áreas básicas e de grande relevância para a população, como saúde, educação, lazer, transporte, entre outros, e de interferir nos problemas sociais, a gestão de políticas públicas é considerada a relação entre o Estado, sociedade e serviço público, no qual visa fortalecer a cidadania. Sendo assim, por meio dessa interação é que se busca também gerar suporte a comunidade local (LIMONTE, PERES e CALDAS, 2014).

Neste sentido, políticas públicas é a “materialidade da intervenção do Estado”, em outras palavras, são adequadas a métodos que sugerem a direção política do Estado e ajustam as ações governamentais pertinentes às atividades de instância pública. São elas que revelam o intuito do Estado para com a sociedade (AZEVEDO, 2005, p.5).

Ao considerar a importância que tais ações políticas inferem sobre a sociedade, como aporte incremental “o modelo que vem sendo adotado para a gestão das políticas públicas no Brasil têm afiançado a opção do Estado e da sociedade civil em partilhar as demandas sociais, que emergem das múltiplas necessidades da questão social” (FERNANDES, MACIEL e CLOS, 2012, p.7).

Ademais, a ação coletiva, aplicada por meio das políticas públicas, dotadas de questões voluntárias e sociais não se limita em preparar e engajar indivíduos, e sim, de ser visualizada como um processo de incentivo a participação dos recursos e das comunidades locais, elencados pela capacidade transformadora (MOISÉS, *et al*, 2010).

Esse autor menciona que o governo através da sua atuação, busca mobilizar tais agentes por meio da execução e avaliação de ações, projetos e programas governamentais buscando soluções mais próximas da realidade e dos meios que as comunidades e organizações dispõem. É de sua responsabilidade consolidar e expandir parcerias para promover e aumentar a capacidade comunitária de resolver seus próprios problemas para auxiliar no saneamento de seus mais distintos problemas sociais.

Ressalta-se que a sociedade por meio de alguns indivíduos, famílias e a coletividade ao sensibilizarem-se pelos problemas locais, identificam, conhecem, analisam e apresentam os problemas enfrentados pela coletividade ao governo. Em razão disso, a sociedade tem um papel transformador e criador por buscar meios de desvendar soluções e encaminhar os problemas ao governo (MOISÉS *et al*. 2010).

Por fim, independente da finalidade dos programas políticos, sejam eles voltados para a educação ou não, necessitam obrigatoriamente ser analisados, planejados, constantemente monitorados e avaliados por sua importância e adequação às precisões

sociais, apurando os aspectos de eficiência, eficácia e efetividade nas atitudes públicas desenvolvidas (SANTOS, 2010).

## **2.1 Impacto desejado pelo governo com relação as políticas públicas sobre a área da educação**

O conceito introdutório as políticas públicas de educação são abarcadas como a influência mútua entre o Estado e à sociedade através da atividade pública, direcionada ao fortalecimento e aplicação da cidadania (SANTOS, 2010). Essas referem-se a constituição, materialidade e intromissão do Estado, podendo-se inferir que as políticas públicas educacionais voltadas a educação têm por necessidade a atividade e o apoio financeiro por meio da gestão pública local (AZEVEDO, 2005).

Conforme Santos (2010, p.4) “as políticas públicas estão presentes nas bases das políticas econômicas. Portanto, elas mudam conforme o grau de diversidade da economia e com a visão que os governantes têm sobre a função do Estado”. Por outro lado, um dos grandes pontos positivos quanto ao ensino foi à aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e do Plano Nacional de Educação (PNE) como importantes conquistas na área educacional.

A LDB, entendida como lei complementar que regulamenta as diretrizes e bases para a educação nacional, foi promulgada sob a égide da Constituição Federal de 1988, que trouxe consigo um conjunto de dispositivos no capítulo da educação, destacando-se a gratuidade no ensino público em todos os níveis, a gestão democrática da escola pública, entre outros, sendo precedida por edição de leis, de decretos e de portarias que a nortearam (Art. 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei n.º 9.394/96).

O atual PNE- Plano Nacional de Educação (Lei n. 10.172, de 9/1/2001) é resultado das ações da sociedade brasileira para garantir as disposições legais contidas no artigo 214 da Constituição Federal de 1988 e das disposições transitórias da LDB em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para todos. Conforme a legislação compete aos Estados e Municípios à responsabilidade pela oferta do ensino fundamental. Contudo é papel da União dar assistência e fomento de ordem financeira e técnica às demais esferas do governo no que tange a garantia e oferta da escolaridade obrigatória (DOURADO, 2010).

Com relação à educação básica, segundo o art. 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96) tem por finalidade desenvolver o discente, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Esta pode ser ofertada no ensino regular, assim como em outras modalidades de ensino como educação de jovens e adultos, educação especial e até mesmo educação superior.

Segundo o que dispõe o artigo 29 da referida legislação, a educação infantil consiste na primeira etapa da educação básica e tem como objetivo o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social complementando a ação da família e comunidade. A educação infantil é oferecida em creches, para crianças de zero a três anos de idade, e pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos.

Em continuidade, o ensino fundamental, cujo objetivo maior é a formação básica do cidadão, tem duração de nove anos e abrange a população na faixa etária dos seis aos quatorze anos de idade se estendendo aos que, na idade própria, não tiveram condições de enfrenta-lo, sendo obrigatório e gratuito na escola pública (BUENO, 1998). Com relação à educação e oferta ao ensino médio, etapa final da educação básica, objetiva a consolidação e aprofundamento dos objetivos adquiridos no ensino fundamental possibilitando o progresso nos estudos. Tem a duração mínima de três anos sendo sua oferta obrigatória e gratuita na rede pública de educação (FERRAROTTI, 1988)

Além disso, o ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA) que permeia os níveis citados anteriormente, porém este nível de ensino é destinada a parcela da população que não obtiveram acesso ou não puderam dar continuidade aos estudos no ensino fundamental e médio na idade apropriada. (BUENO, 1998).

Já a educação superior, tem como finalidade estimular à criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e reflexivo, assim como incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica. Abrange cursos sequenciais nos diversos campos do saber, cursos de graduação, de pós-graduação e de extensão. (FERRAROTI, 1988)

É de conhecimento comum que a educação é um direito de todos como também componente fundamental para a conquista da cidadania, democracia e desenvolvimento como um todo. Ela é necessariamente parte fundamental na construção da conduta de uma sociedade cidadã e responsável por suas atitudes e conquistas. (BUENO, 1998).

Desta forma, é de grande responsabilidade do governo, a oferta e ampliação do ensino no país, bem como o auxílio a sua manutenção. Uma nação somente progride quando a educação de crianças, jovens e adultos é de qualidade, através da oferta de um ensino capaz de transformar realidades e construir um futuro profissional digno de subsistência a todos os cidadãos. (BUENO, 1998).

A qualidade e o planejamento do ensino e de políticas públicas educacionais são fundamentais. Conforme Azevedo (2011, p. 421). “o conceito de qualidade pressupõe parâmetros comparativos, que possibilitam a separação entre o que é atribuído como boa ou má qualidade, principalmente quando se volta para a avaliação dos fenômenos sociais”. Neste sentido, ao buscar assimilar maior grau de qualidade sobre a educação, isso constitui ultrapassar a insuficiência de eficiência, eficácia e produtividade contempladas sobre os sistemas de ensino.

A gestão de políticas públicas educacionais e profissionalizantes se faz imprescindível a um plano organizado de estratégias, sendo estas: a relação da educação profissional unido ao mercado de trabalho; a articulação juntamente com o sistema da educação básica; a conexão com outras políticas públicas, principalmente com as políticas de educação de jovens e adultos; bem como o respeito à sabedoria e a cultura dos alunos e jovens comprometidos com a educação e com obrigação de gerar jovens e adultos preparados para uma vida dentro do mundo das organizações através da emancipação dos trabalhadores. (GRABOWSKI e RIBEIRO, 2010).

Por outro lado, a qualificação profissional é uma das metas de governo, e por esta razão, é uma das áreas que atualmente vêm ganhando maiores incentivos. Entretanto, ainda assim o governo não consegue alcançar a totalidade que envolve a sociedade (PAZ E OLIVEIRA, 2012)

Kuenzer (2010, p. 257), corrobora que a proposta alicerçada pelas políticas públicas quanto à educação possui tem três objetivos:

Inclusão social e redução das desigualdades sociais; crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais; e promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia [...] A nova proposta fundamenta-se em seis dimensões principais: política, ética, conceitual, institucional, pedagógica e operacional.

Assim sendo, é por meio da educação que se consegue modificar realidades, criar uma sociedade mais justa e igualitária, cidadãos mais críticos e prontos para atuar no mercado e trabalho, modificando e melhorando realidades locais. Por isso, o ensino deve ser considerado como primeira área a modificar culturas e ideologias de uma sociedade, melhorando a qualidade de vida, criando empregos e desenvolvendo uma sociedade.

### **3 Metodologia do estudo**

O presente estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica com a finalidade de conhecer e buscar maior embasamento teórico. Segundo Gil (2009) a pesquisa bibliográfica busca explicar um problema a partir de referências teóricas já publicadas, tendo por intuito possibilitar o conhecimento e a análise das contribuições culturais ou científicas existentes sobre um determinado assunto, permitindo ao pesquisador a cobertura mais ampla de uma gama de fenômenos.

Para a constituição do estudo, utilizou-se também de uma pesquisa documental realizada juntamente com a Prefeitura Municipal de Palmeira das Missões – RS com o intuito de levantar informações relativas aos programas e projetos ativos ou em andamento no município. Tendo em vista o levantamento de informações por meio de indicadores sociais, efetivou-se uma pesquisa com dados secundários, através do site do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e de Estatísticas a fim de identificar o contexto em que a educação se encontra consolidada.

Ademais, o estudo possui caráter exploratório, a qual se baseia na análise de conteúdo de diversas fontes e documentos, visando desenvolver respostas acerca de um fenômeno ou situação. A pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico como documentos de arquivos, atas de reuniões, relatórios, boletins, jornais, gravações, pareceres, fotografias, entre outros documentos (GIL, 2009).

A apresentação e discussão dos resultados deram-se através da ilustração de quadros no qual demonstram o contexto atual das políticas públicas vigentes a nível Federal (Brasil), Estadual (Rio Grande do Sul) e Municipal especificamente do município de Palmeira das Missões-RS. Sendo assim, a análise sistemática das informações disponibilizadas busca mapear as ações políticas educacionais existentes que são de suma importância para o desenvolvimento do país através de uma educação de qualidade.

### **4. Análise dos resultados**

#### **4.1 Panorama dos programas das políticas públicas educacionais a nível federal**

Tendo em vista realizar um panorama geral a respeito da educação a nível federal, encontraram-se os seguintes programas: 2030 - Programa Educação Básica, 2031 - Programa Educação Profissional e Tecnológica e 2032 - Programa Educação Superior-Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Neste sentido, tais políticas públicas aplicadas a nível federal, possuem características amplas que compreendem diversas ações aplicadas em grande parte do território brasileiro.

Ressalta-se ainda que as ações do governo a nível federal recebe a denominação de programas, pelo fato de abranger a totalidade da população brasileira e por se tratar de ações aplicadas ao longo prazo, sendo que seu tempo de vida útil encerra-se no momento em que se atinge os objetivos pelo qual foi implantada.

O programa 2030 – Programa Educação Básica, dentro da separação e divisão dos níveis de ensino, engloba a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, no qual é responsável pela alfabetização básica e indispensável para o exercício da cidadania, correspondendo a base do ensino para posteriormente o indivíduo progredir no mercado de trabalho visando também seu próprio desenvolvimento (CHAMLIAN, 2004). Tendo em vista dar continuidade no ensino, o Ministério da Educação (2014) ressalta que é de extrema importância valorizar a diversidade, considerar os princípios da equidade, direitos humanos, garantia de padrão de qualidade, igualdade das condições de acesso do discente na escola e também que haja uma gestão democrática no ensino público.

Dessa maneira, o Quadro 01 explana como é desenvolvido o programa 2030 - Educação Básica e como é aplicado a nível nacional.

Quadro 1: Principais Ações e Programas de responsabilidade do Ministério da Educação no Plano Pluri Anual (PPA) 2012-2015

<b>2030 - PROGRAMA EDUCAÇÃO BÁSICA</b>
Nº e Ações do programa 2030 – Educação Básica
Apoio a Alimentação Escolar na Educação Básica
Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica
Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica nas Comunidades de Campo, Indígenas, Tradicionais, Remanescentes de Quilombo e das Temáticas de Cidadania, Direitos Humanos, Meio Ambiente e Políticas de Inclusão dos Alunos com Deficiência
Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica
Censo Escolar da Educação Básica
Certames e Tecnologias Educacionais
Concessão de Bolsas a Educação Básica
Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
Implementação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares
Infraestrutura para a Educação Básica
Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos
Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional- PROJOVEM
Apoio a Manutenção da Educação Infantil
Implantação de Escola para Educação Infantil
Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica
Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica- Caminho da Escola
Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB

Fonte: Adaptado de Ministério da Educação (2014).

De acordo com o Quadro 01, pode-se visualizar a funcionalidade do programa 2030 - Educação Básica, considerando o significativo número de ações desenvolvidas. Muitas dessas ações são facilmente visualizadas na prática e mesmo sendo de grande abrangência na população brasileira, muitas destas ações são realizadas a nível municipal. Entretanto, as ações voltadas à educação básica vinculam-se diretamente as questões estruturais, a formação do docente e a qualidade do ensino.

Com base no último Censo Escolar, realizado no período de 2013, foi possível diagnosticar que aproximadamente em 192 mil instituições de educação básica do País, 50 milhões de discentes encontram-se matriculados, destes, 83,5% pertencentes ao ensino público, e 16,5% em escolas privadas (IDEB, 2014). Além disso, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2013 apresenta que “o país ultrapassou as metas previstas para os anos iniciais (1º ao 5º ano) do ensino fundamental em 0,3 ponto. O IDEB nacional nessa etapa ficou em 5,2, enquanto em 2011 havia sido de 5,0. Na rede federal, o IDEB aumentou de 6,8 em 2011 para 7,0 em 2013 nos anos iniciais.” (INEP, 2015)

Tendo em vista as ações governamentais voltadas para a educação brasileira, os repasses de orçamento que auxiliam na continuidade e permanência da educação teve um aumento no PIB de 4,7% em 2000 para 6,4% do PIB em 2012, no qual resultou em alterações nos financiamentos negociados entre os poderes: Executivo, Legislativo e Sociedade.

Por outro lado, 79% dos recursos públicos são aplicados em educação, já os gastos da União somam 21%. Metade dos recursos da União são destinados aos entes federados, buscando garantir a equidade de oportunidades voltadas à área educacional, afim de ofertar ao

cidadão o mínimo de qualidade do ensino possível. Por meio do MEC, o qual tem como finalidade melhorar o padrão de educação, em sua qualidade do ensino, grande parte das ações mencionadas buscam valorizar o profissional da educação, o apoio entre os federados e garantir uma infraestrutura física e pedagógica da instituição educacional (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2014).

A consecução deste programa tem sido associada a políticas e ações governamentais relacionadas à regularização do fluxo escolar, à formação de professores e à elaboração de diretrizes curriculares. Além do mais, é de grande importância estruturas físicas adequadas e equipadas com materiais básicos, fornecendo condições boas ao ensino da rede pública. A educação, como se sabe, deve ser inclusiva, além de trabalhar para a formação da cidadania. Deste modo, a escola deve preparar seus alunos para essa simbiose, essa troca de conhecimentos que é imutável na vida social. Já a legislação vigente no país estrutura o sistema educacional brasileiro em duas modalidades que compreendem a educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, e por fim, o ensino superior.

No que tange ao programa 2031 – Programa Educação Profissional e Tecnológica ressalta-se que após a inserção de diversos direitos ao cidadão, a Constituição Federal de 1988 inclui os direitos sociais a educação e o trabalho. E, a respeito da educação profissionalizante e tecnológica, é dever do estado garantir à população cursos que sejam voltados à compreensão de vínculos de educação, trabalho, território e desenvolvimento, cujo são indispensáveis. Deste modo, Chamlian (2004) corrobora: “uma educação profissional e tecnológica de qualidade, voltada para a pesquisa e para o desenvolvimento científico e alinhada com as necessidades do mercado de trabalho, é fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país”.

É neste sentido, que o governo reforça a aplicação de políticas públicas voltadas à profissionalização e capacitação da população, buscando priorizar a qualidade de ensino, promove uma sociedade mais crítica, com cidadãos mais éticos em sua atuação, procura o desenvolvimento da sociedade além de um país cada vez mais igualitário e justo em suas oportunidades de desenvolvimento. Assim, por meio do Quadro 02 é possível visualizar as ações estratégicas voltadas à educação no país com o programa 2031 - Programa Educação Profissional e Tecnológica.

Quadro 2: Principais Ações e Programas de responsabilidade do Ministério da Educação no PPA 2012-2015

<b>2031 - PROGRAMA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</b>	
Nº e Ações do programa 2030 – Educação Básica	
<p><b>Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC):</b> Contempla as seguintes iniciativas: Expansão da Rede Federal, Bolsa-Formação, Programa Brasil Profissionalizado, Rede e-Tec e Acordo de Gratuidade com Serviços Nacionais de Aprendizagem – Sistema S. Em 2013 o Programa atingiu 5,5 milhões de brasileiros atendidos em cursos técnicos e de formação inicial e continuada. Até o final de 2014, oito milhões de vagas terão sido ofertadas.</p> <p>Esta iniciativa é de grande relevância para a ampliação, democratização e qualificação da oferta de educação profissional no Brasil. Ao final da expansão, serão 562 unidades em 512 Municípios.</p>	
Ações	Descrição
<b>Bolsa-Formação</b>	Oferece vagas gratuitas de educação profissional e tecnológica em duas modalidades: a Bolsa-Formação Trabalhador, por meio da qual são ofertados cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou qualificação

		profissional, e a Bolsa-Formação Estudante, por meio da qual são ofertados cursos técnicos para quem concluiu o Ensino Médio e para estudantes matriculados no Ensino Médio.
<b>Programa Profissionalizado</b>	<b>Brasil</b>	Promove o fortalecimento das redes estaduais de educação profissional e tecnológica, por meio de obras de infraestrutura, aquisição de equipamentos, apoio ao desenvolvimento da gestão e das práticas pedagógicas e à formação de professores.
<b>Rede e-Tec Brasil</b>		Promove a oferta de educação profissional e tecnológica à distância.
<b>Acordo de Gratuidade com Sistemas</b>		Possibilita a oferta de vagas gratuitas em cursos de educação profissional para jovens de baixa renda.
<b>Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (SISUTEC)</b>		Trata-se de um sistema informatizado, no qual instituições públicas e privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica oferecem vagas gratuitas em cursos técnicos na forma subsequente para candidatos participantes do Enem.

Fonte: Adaptado de Ministério da Educação (2014).

Além da Educação Básica, a Educação Profissional e Tecnológica busca inserir questões voltadas às relações sociais e o mundo laboral, por meio das perspectivas de inclusão, promoção da equidade, combate a violência, igualdade de gênero e voltado principalmente ao combate da violência contra jovens, mulheres e a promoção da cidadania (CHAMLIAN,2004). Segundo o Ministério da Educação (2014), a “perspectiva de formação de um trabalhador é capaz de compreender a realidade e ultrapassar os obstáculos que ela representa; de pensar e agir em prol das transformações econômicas, culturais e sociais imprescindíveis para a construção de um país menos desigual e mais justo”.

Atualmente, em razão da necessidade de um diferencial nos currículos dos cidadãos e da grande necessidade de sucessivamente capacitar-se para o mercado de trabalho, cresce a importância da escolarização e principalmente do ensino superior. Assim, há necessidade e importância de democratizar e ampliar a rede de ensino, quanto à educação superior encontra-se embasado sobre o desenvolvimento da sociedade, tanto em questões econômicas, sociais, e culturais, oferecendo a toda a população a possibilidade de curso o ensino superior tanto em universidades particulares como em universidades públicas.

É neste sentido que o governo está focado em aumentar o ensino superior público, mas também visa àqueles que não conseguem ingressar no ensino público, dando possibilidades de capacitação por meio de programas sociais voltados à educação. Deste modo, o programa 2032- Programa Educação Superior-Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão é extremamente importante pode ser visualizado através do Quadro 03:

Quadro 3: Financiamento estudantil: Ministério de Educação – MEC

<b>2032- PROGRAMA EDUCAÇÃO SUPERIOR-GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO</b>	
<b>PROGRAMA</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
FIES – Programa de Financiamento Estudantil	Destinado a financiar, prioritariamente a graduação no ensino superior de estudantes que não tem condições de arcar com os custos de sua formação e que estão matriculados regularmente em instituições que não são gratuitas, cadastradas no programa e que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

ProUni – Programa Universidade para Todos	Tem a finalidade de conceder bolsas de estudos integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições privadas de educação superior.
ENEM – Exame Nacional de Nível Médio	De caráter voluntário, oferecido anualmente aos estudantes que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores, objetivando possibilitar uma referência para auto-avaliação, a partir das competências e habilidades que estruturam o exame, o aluno não precisa prestar vestibular, basta o resultado do ENEM ou uma análise do histórico escolar do candidato, e atualmente caracteriza-se a “porta-de-entrada” para muitas universidades, em razão de atualmente configurar a prova de seleção para ingressar no ensino superior público.

Fonte: Adaptado de Ferreira, Filho E Beltrão (2013, p.4).

Por meio do Quadro 03, é possível observar os programas de financiamento do ensino superior os quais o governo destina parte dos seus investimentos. Deste modo, percebe-se que o governo se encontra focado em políticas de financiando do ensino superior privado, porém, não pode-se negar que há uma grande preocupação com o fomento de órgãos governamentais interessados em expandir o número de universidade federais e estaduais no país, tendo em vista que uma das metas do governo se encontra alicerçado na formação da população brasileira, buscando aprimorar a mão de obra da população, inserindo qualidade de ensino, e cursos gratuitos, buscando formar uma sociedade crítica e cidadã, comprometida com o desenvolvimento local .

Também, o ensino superior de graduação e de pós graduação no Brasil oferece cursos na modalidade presencial, semi- presencial e à distância instituído por universidades federais e estaduais, buscando oportunizar toda a parcela da população que não possui condições financeiras e estruturais de curar o nível de graduação e pós-graduação no Brasil.

#### 4.2 Panorama das políticas públicas educacionais a nível estadual

As políticas públicas a nível estadual podem ser denominadas como programas ou projetos em que tais ações buscam intervir beneficemente para sanar problemas estruturais, sociais e econômicos, no curto prazo (projetos), podendo posteriormente vir a se tornar um programa. Entretanto, pelo nível de abrangência estadual, em grande parte tais ações, podem ser identificadas como projetos.

Essas políticas públicas podem ser desmembradas em meras ações políticas necessárias em curto ou longo prazo. Os projetos geralmente tem caráter experimental, situa-se no curto prazo, mas envolve grandes discussões de soluções viáveis para amenizar ou extinguir problemas sociais locais. Já os programas são ações advindas de projetos que obtiveram grande aceitação por meio da sociedade, com caráter assistencialista e que de certa forma auxiliam no desenvolvimento e na melhoria das condições de vida da população. Além disso, geralmente um programa tem seu término quando se chega a uma condição desejada e esperada em que é possível perceber que a sociedade não depende mais da assistência por parte da ordem pública.

Quadro 4: Levantamento dos Projetos em Andamento no Estado do Rio Grande do Sul

PROJETO	DESCRIÇÃO
Programa Província de São Pedro (PSP)	Tem por objetivo a modernização tecnológica da rede estadual e a apropriação da tecnologia por alunos e professores, através da utilização de dispositivos móveis. O Programa, também, proporciona formação em serviço para os professores da rede estadual. As

	atividades são presenciais e à distância, e tem por objetivo preparar os docentes para o uso dos equipamentos e para os aspectos pedagógicos da utilização da tecnologia da informação.
<b>Reestruturação Curricular do Ensino Médio</b>	Tem em seus objetivos propiciar o desenvolvimento dos alunos, assegurando-lhes a formação comum indispensável ao exercício pleno da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores; qualificar o estudante enquanto cidadão, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática, nas práticas pedagógicas. Além disso, pretende-se a redução da evasão e da repetência nesta modalidade de ensino e trazer para os bancos escolares cerca de 70 mil jovens que estão fora da escola.
<b>Formação continuada</b>	A formação em serviço constitui-se em eixo estratégico da Seduc para a qualificação da educação pública no Rio Grande do Sul. Anualmente ocorrem dois grandes momentos de formação, durante o período de recesso escolar: um em fevereiro e outro em julho. No decorrer do semestre letivo, também, acontecem formações específicas. Através da Plataforma Freire, do Ministério da Educação, são oferecidas vagas em cursos de educação superior, gratuitos, na modalidade presencial e a distância. Os cursos estão disponíveis para professores em exercício na rede estadual.
<b>Sistema Estadual de Avaliação Participativa – Seap</b>	É uma avaliação institucional do conjunto da rede estadual, feita pelos próprios protagonistas (professores, alunos, pais, funcionários e gestores).
<b>Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar – PEATE</b>	Transfere recursos financeiros diretamente aos municípios que realizam o transporte escolar de alunos da educação básica da rede pública estadual, residentes no meio rural. Para participar do PEATE/RS, o município deve se habilitar ao Programa, junto à Secretaria de Estado da Educação (Seduc), mediante a assinatura de um Termo de Adesão.
<b>Programa Mais Educação</b>	O Governo do Estado com recursos do Governo Federal, busca contribuir para a formação integral das crianças e dos adolescentes através da ampliação da jornada escolar e da organização curricular na perspectiva da Educação Integral.
<b>Programa Escola Aberta</b>	Tem por objetivo contribuir para a melhoria da qualidade da educação, a inclusão social e a construção de uma cultura de paz. Busca fortalecer a integração entre escola e comunidade e ampliar as oportunidades de acesso a espaços de promoção da cidadania, através de atividades culturais e esportivas, abertas à comunidade, realizadas nos finais de semana.
<b>Projeto Escola de Tempo Integral</b>	Busca as oportunidades de aprendizagem através de atividades complementares que dialogam com os projetos político pedagógicos de cada estabelecimento, com aumento no período de permanência para, no mínimo, sete horas diárias, proporcionando uma formação integral, em que o estudante é sujeito de sua aprendizagem. Critérios para seleção das unidades escolares: Escolas com estrutura física de CIEP ou CAIC; Baixo IDEB; Alto índice de evasão escolar

	e repetência; Defasagem idade/série; Vulnerabilidade social; Escolas com mais de 50% de estudantes no Programa Bolsa família.
--	---

Fonte: Adaptado de Ministério da Educação do Estado do Rio Grande do Sul (2014).

Ao analisar as políticas públicas voltadas a educação estadual, por meio do Quadro 04 buscou-se discriminar a real situação em que o estado emerge em relação à educação a nível estadual e o seu desenvolvimento e capacitação, tendo em vista uma boa formação individual voltada para o mercado de trabalho, melhorando assim, os índices de desenvolvimento educacional, como também, formando uma sociedade cidadã e conscientes do seu dever para/com a comunidade. Somente a educação pode modificar positivamente diversas realidades.

Quadro 5: Levantamento dos Projetos em Andamento no Estado do Rio Grande do Sul (continuidade)

PROJETO	DESCRIÇÃO
<b>Jogos Escolares do Rio Grande do Sul (Jergs)</b>	É o maior evento do esporte educacional gaúcho e o terceiro maior em âmbito nacional. Têm por finalidade estimular a prática esportiva nas escolas públicas da rede federal, estadual e municipal de ensino, e mobilizar a comunidade escolar em prol do esporte educacional, contribuindo efetivamente na formação integral de futuros cidadãos. Os JERGS serão realizados nas categorias masculina e feminina, das seguintes modalidades esportivas: Atletismo; Basquetebol; Futebol; Futsal; Handebol; Voleibol; Xadrez e Orientação.
<b>Mostra das Escolas de Educação Profissional (MEP)</b>	Tem como objetivo divulgar os trabalhos de pesquisa realizados nas salas de aula das escolas da rede pública estadual e municipal do Rio Grande do Sul. A MEP é realizada em sete núcleos que agrupam as 30 Coordenadorias Regionais de Educação (CREs). Cada uma destas sete mostras premia os melhores trabalhos que na sequência participam da Feira Estadual de Ciência e Tecnologia da Educação Profissional (Fecitep).
<b>Feira Estadual de Ciência e Tecnologia da Educação Profissional (Fecitep)</b>	O principal objetivo da Feira Estadual de Ciência e Tecnologia da Educação Profissional (Fecitep) é criar um espaço que dê visibilidade aos trabalhos de pesquisa científica e tecnológica desenvolvidos por alunos dos Cursos Técnicos de Nível Médio, nos diversos Eixos Tecnológicos. Participam instituições públicas e privadas que oferecem Educação Profissional, no Rio Grande do Sul. A partir de 2013, também podem ser inscritos trabalhos de alunos do Ensino Médio Politécnico. A Fecitep acontece no mês de outubro e é organizada em parceria com as instituições de educação profissional do Rio Grande do Sul.
<b>Pronatec</b>	No Rio Grande do Sul, a Secretaria de Estado da Educação (Seduc), coordena a execução do Pronatec Técnico de Nível Médio (Pronatec Tec) e dos Cursos de Idiomas. No Pronatec Tec os cursos têm no mínimo 800horas e o aluno formado recebe diploma de técnico. No Pronatec Idiomas os cursos têm no mínimo 200horas e são oferecidos cursos de Inglês, Francês, Espanhol e Língua Brasileira de Sinais (Libras). Os cursos são destinados aos alunos do Ensino Médio da rede pública de educação, inclusive da Educação de Jovens e Adultos (Pronatec EJA) e da Educação do Campo. As aulas dos cursos Pronatec Tec e Idiomas ocorrem no turno inverso ao de estudo regular dos

	jovens.
<b>Autonomia Financeira</b>	É a verba que a Secretaria destina para a manutenção das escolas estaduais. Em 2013, os critérios de repasse foram revistos e atualizados, permitindo uma distribuição adequada à realidade de cada escola. Além disso, o total destinado às escolas da rede estadual teve um acréscimo considerável, passando, na Educação Básica, de R\$ 68 milhões para R\$ 87 milhões anuais. Já as escolas de Educação Profissional receberam um aumento no total de recurso a ser repassado, de R\$ 3,6 milhões para R\$ 9 milhões anuais, o que representa um acréscimo de 150% em relação a 2012.

Fonte: Adaptado de Ministério da Educação do Estado do Rio Grande do Sul (2014).

Além disso, conforme o quadro 05, que busca dar continuidade ao quadro anterior, tem como finalidade descrever as políticas públicas de desenvolvimento estadual, bem como aquelas voltadas ao âmbito estrutural e de desenvolvimento segundo a ordem pública, e nascem como uma necessidade emergencial, por isso, o governo busca subsídios para reduzir e/ou erradicar problemas de cunho social. Deste modo, tais ações políticas podem abranger diversas áreas, muitas vezes dotadas de grande relevância para o governo, bem como: economia, saúde, segurança, trabalho, educação, tecnologia e inovação, sócio-ambiental e etc.

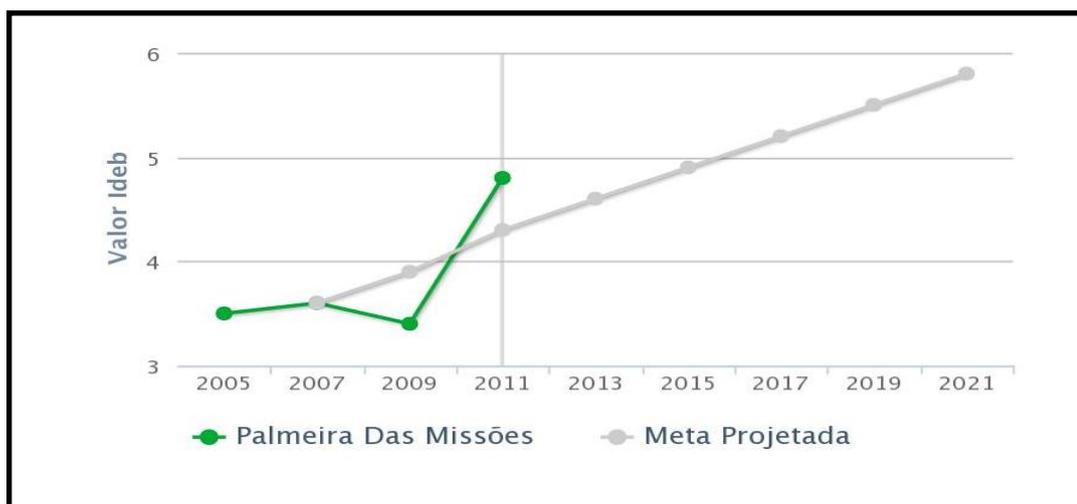
#### **4.3 Panorama e contexto educacional do município de Palmeira das Missões- RS**

A educação, por muitos anos esteve presente nas discussões da sociedade civil e na agenda de gestores e parlamentares, tanto que passou a ser definida constitucionalmente como um direito de todos e um dever do Estado.

No ano de 2001, adotou-se o Plano Nacional de Educação (PNE) com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino, aumentar a escolaridade da população, reduzindo, dessa forma, as desigualdades sociais e regionais em relação à educação pública. Assim, com o passar dos anos, muito se evoluiu nesse sentido em todo o território brasileiro, no entanto os desafios ainda são grandes, não sendo diferente no município de Palmeira das Missões, localizado no Estado do Rio Grande do Sul.

Segundo o IBGE (2010), Palmeira das Missões, possui uma extensão territorial de 1.419.430 km<sup>2</sup> e 35.120 habitantes. A rede escolar compõe-se por 17 escolas municipais, 13 escolas estaduais e 05 escolas particulares. Desde 2006, o município implantou o ensino de nove anos, conforme Lei Federal nº 11.274, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade, ampliando a oferta do ensino fundamental. Tal fato contribuiu para o incremento no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2011, onde fora projetado do ano de 2005 até 2011 uma meta que fora alcançada no município, no qual a mesma meta segue até o ano de 2020 e pode ser vista no Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1: Projeção de meta a ser alcançada até o ano de 2020



Fonte: IDEB (2011).

Ademais, o município destaca-se na área da educação superior pela presença do Campus da Universidade Federal de Santa Maria-UFSM/Centro de Educação Superior Norte do Rio Grande do Sul (CESNORS), o qual oferece sete cursos presenciais de graduação, cinco curso de graduação EaD e três curso de pós-graduação EaD, atendendo cerca de 1.800 discentes. No município, ainda situa-se um campus da Universidade de Passo Fundo-UPF.

Segundo dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2013 (Ministério da Educação, 2013), o município possuía 7.518 alunos matriculados na rede pública básica no referido ano, destacando-se 916 alunos na Educação de Jovens e Adultos, conforme demonstrado no Quadro 06:

Quadro 6: Matrículas da Educação Básica no Município de Palmeira das Missões

Rede	Matrículas			
	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA
<b>Municipal</b>	<b>639</b>	<b>1047</b>	<b>-</b>	<b>55</b>
<b>Estadual</b>	<b>333</b>	<b>3216</b>	<b>1367</b>	<b>861</b>

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica 2013.

Entre os 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul, o município de Palmeira das Missões, ocupa o 176º lugar no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com um índice de 0,737. Já, o IDHM Educação ficou em 0,667.

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal no componente Educação (IDHM EDUCAÇÃO).

Conforme demonstra a Tabela 1 no período de 2000 a 2010: o IDHM EDUCAÇÃO teve um incremento de aproximadamente 40%; a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 28,47%; a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 36,08%; a proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino

fundamental completo cresceu 40,60%; e a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 37,97%.

Tabela 01: Palmeira das Missões IDHM- Educação e seus componentes

<b>IDHM e componentes</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
IDHM Educação	0,270	0,478	0,667
%de 18 anos ou mais com ensino Fundamental completo	25,57	35,13	52,62
% de 11 a 13 anos nos anos finais Do fundamental ou fundamental completo	44,51	68,90	93,76
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	18,90	45,76	64,34
% de 18 a 20 anos com médio completo	12,41	35,82	49,42

Fonte: PNUD, ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013.

Os dados da pesquisa de 2010 apontaram que no município há uma expectativa de 10,56 anos de estudo, acima da média nacional (9,54), sendo que 92,77% das crianças de 5 a 6 anos estavam frequentando a escola. Quanto à conclusão do ensino básico, 64,34% dos jovens de 15 a 17 anos já haviam finalizado o ensino fundamental, entre os jovens com 18 anos ou mais esse número cai para 52,62%, já o ensino médio completo é a escolaridade de 36,79% dos jovens de 18 ou mais anos, pouco abaixo da média nacional (37,89%). Quanto à taxa de analfabetismo, percebe-se que é maior entre os que têm 25 anos ou mais (10,78%). Em relação à defasagem escolar, nota-se uma maior ocorrência entre os jovens que estão no ensino fundamental (25,51%), com um atraso de um ano em sua maioria.

Quanto à infraestrutura das escolas de Palmeira das Missões - RS, dados do Censo Escolar da Educação Básica 2011 (Ministério da Educação, 2011) apontam que 77% das escolas estaduais possuem laboratório de informática e 92%, acesso à internet, nas escolas municipais esses percentuais são, respectivamente, de 27% e 33%, contudo quando se analisa o item biblioteca, percebe-se que as diferenças são bem maiores, uma vez que todas as escolas estaduais possuem esse espaço e ele inexistente nas escolas municipais. O Censo também revela que a questão da acessibilidade carece de maior atenção dos gestores educacionais, uma vez que apenas 20% das escolas municipais possuem dependências acessíveis aos deficientes, nas escolas estaduais esse percentual é um pouco maior, 31%.

No que tange aos programas e projetos desenvolvidos no município podem ser vistos conforme o Quadro 07:

Quadro 7: Levantamento dos projetos em andamento no município

<b>PROJETO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>Mais Educação</b>	Tem como finalidade a implantação de um ensino integral aos alunos do ensino fundamental de qualidade e interativo.
<b>Sorrindo para o Futuro</b>	Juntamente com o SESC, visa inserir dentro das escolas a importância de uma educação bucal saudável, contemplando todos os alunos da rede pública de ensino.
<b>Ler, contar e encantar</b>	Periodicamente as escolas recebem a visita de um ônibus com diversos livros, buscando incentivar os alunos para a prática da leitura.
<b>Dança e diversidade Cultural</b>	Busca aproximar crianças e jovens a conhecerem a cultura Rio-Grandense, por meio da demonstração de danças típicas e culturais que envolvem o estado.
<b>Chico Mendes</b>	Busca guiar os alunos a conhecer e os envolver em atividades que visam a educação ambiental.

<b>Agrinho</b>	Junto ao SENAR e a FARSUL busca conscientizar os alunos das escolas públicas quanto ao seu papel como cidadão, quanto a questões referentes à saúde, educação ambiental, por meio de palestras e livrinhos educativos.
<b>AABB Comunidade</b>	Voltado as comunidades carentes, onde é realizado junto das crianças oficinas, e algumas atividades que auxiliem no crescimento e evitando que estas crianças entrem no mundo do crime.
<b>Eu tenho Orgulho de Ser de Palmeira</b>	Busca trabalhar a questão da inclusão e o respeito às diferenças dentro das escolas municipais através da conscientização das crianças.

Fonte: Elaborado pelos autores, conforme dados informados pela gestão pública do município de Palmeira das Missões/RS.

Destaca-se no Quadro 07 o projeto Mais Educação, o qual possibilita a implantação do turno integral nas escolas para que alunos carentes desenvolvam atividades e oficinas de dança, teatro, música, esportes, entre outras, sempre em turno oposto ao da aula. Percebe-se que o programa propicia uma maior integração entre a comunidade escolar, além de oferecer refeições na escola (café da manhã, lanche, almoço e janta) aos alunos beneficiados. (Prefeitura Municipal de Palmeira das Missões)

Em parceria com o SESC, desenvolve-se o projeto Sorrindo para o futuro, no qual procura chamar a atenção para a questão da saúde bucal com a distribuição de kits de escovação. Ademais, são desenvolvidos projetos culturais, como o Ler, contar e encantar (ônibus itinerante de leitura) e o Dança e diversidade Cultural, além da Feira do Livro que envolve a participação de alunos das redes municipal, estadual e particular do município e da região.

A questão ambiental também é uma preocupação dos gestores educacionais, haja vista o desenvolvimento do Projeto Chico Mendes, de educação e preservação ambiental, e do Projeto Agrinho, acompanhado por técnicos do SENAR- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e FARSUL- Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, que objetiva o despertar da consciência de cidadania, bem como o acesso a informações referentes à saúde e à preservação do meio ambiente.

Outro destaque no município é o Projeto AABB Comunidade, voltado para crianças de baixa renda de escolas estaduais e municipais. Atualmente, são cerca de 140 crianças atendidas em turnos opostos, as quais têm acesso a oficinas de dança, bordado, artes como pinturas em tecidos, taekwondo, canto, aulas de violão, e ainda conhecimentos pedagógicos. Percebe-se assim, que o município oferece as crianças e adolescentes programas de desenvolvimento à educação.

Entretanto, quando buscamos levantar um contexto local e buscar aliar aos podemos perceber uma considerável aproximação da realidade com o que tais indicadores nos apresentam. Ou seja, no município de Palmeira das Missões/RS, a pouco tempo não se falava em projetos como atualmente podemos perceber, assim, os dados econômicos nos apresentam que o município muito têm a melhorar em tais questões. Porém, como a pouco surgiram projetos que auxiliam no desenvolvimento da educação local, com o tempo podemos perceber que há um pequeno desenvolvimento em muitos dos dados apresentados até aqui. Na verdade, como tais projetos tiveram seu início em aproximadamente cinco anos, muitos ainda se encontram em situação experimental.

Por meio do Quadro 07, é possível analisar os projetos em andamento no município de Palmeira das Missões. Os projetos colocados em prática, mesmo que possuam o intuito de

desenvolver a educação local do município, não se pode afirmar que de fato, cause o impacto esperado, em razão destes projetos estarem ainda em fase experimental a curto prazo.

Assim, antes de um projeto ser instaurado em um município, a gestão pública local deve realizar um estudo tendo em vista analisar se tal política pública terá o impacto desejado, esperando-se que haja um reflexo a respeito da aplicabilidade de ação pública, bem como o aperfeiçoamento desta ao longo dos anos.

Muito se observa, em outros municípios, principalmente aqueles de pequeno porte, que os projetos são colocados em prática, porém, a sua elaboração não segue um estudo e análise de sua importância para a região e se caso a atitude vai de fato alcançar objetivos concretos! Muitos projetos são aplicados para demonstrar que a gestão pública local realiza atividades frente a população, mas muitas vezes não se detém a análise da sua relevância para comunidade.

## 5 Considerações finais

O objetivo deste estudo se concentra em analisar as políticas públicas existentes voltadas para a educação a nível Federal (Brasil), Estadual (Rio Grande do Sul) e Municipal especificamente do município de Palmeira das Missões-RS. Com isto, a gestão educacional deve ser atribuída como um processo de formação dinâmico, transformador, abrangente, permanente e participativo, em que as pessoas envolvidas passem atuar ativamente por meio do diagnóstico dos problemas enfrentados de planejamento, execução, monitoramento e por fim, da análise e avaliação das ações. É por meio da busca de alternativas para melhorar determinadas situações que são sugeridas possíveis soluções por meio da sociedade física e jurídica as quais acusam à gestão pública tendo em vista a melhoria do padrão de vida da população. (MOISÉS et. al., 2010).

Constatou-se neste estudo que o governo participa de forma ativa na melhoria da qualidade de vida da população por meio da capacitação de pessoas, buscando uma sociedade mais humana e cidadã, promovendo sujeitos críticos e com capacidades de modificar contextos locais. Aos poucos, a educação por meio da aplicação de recursos públicos junto com o apoio ao desenvolvimento de políticas públicas de auxílio e manutenção ao atendimento nas escolas, vem sendo priorizada no Brasil. Entretanto, sabe-se que ainda há muito a se fazer para se obter uma educação igualitária e de qualidade.

Ressalta-se que com o mapeamento das políticas públicas voltadas à educação da cidade de Palmeira das Missões-RS, outros municípios também podem utilizá-lo como exemplo e aplicar em suas cidades, tendo em vista que muitos possuem uma estrutura similar devido ao fato que grande parte do território nacional é formado por municípios de pequeno e médio porte.

Sabe-se que por meio da educação é possível modificar a sociedade, com ela se minimiza os problemas sociais como: marginalização, violência, desigualdade e também questões basilares de subsistência, fazendo com que o indivíduo tenha condições de fomentar o progresso econômico, social e cultural de um país. Desta maneira, sugere-se aos governos e demais estudiosos da área que tenham como finalidade o desenvolvimento educacional da população, que busquem pela promoção de atividades educacionais com o intuito de promover as potencialidades ao invés de questões em baixa ou com pouca representatividade.

Além disso, acredita-se que muito se têm a estudar, investigar, compreender e elaborar sobre novas políticas de fomento a educação nas esferas Federal, Estadual e Municipal, mesmo havendo muitas já aplicadas dentro da rede de ensino público, julga-se insuficiente a quantidade de recursos e meios de estimular a educação.

Neste sentido, com a aplicação da Constituição de 1988 e com a democratização e universalização do ensino, é dever da sociedade intervir e auxiliar nas decisões governamentais por meio de sugestões de políticas públicas que venham priorizar e melhorar

as condições de ensino. Em si, a educação para muitos é uma questão que merece grande atenção, pois uma sociedade cidadã e participativa é formada por um ensino de qualidade, como também pela formação continuada.

Como limitações do estudo, pode-se observar a dificuldade em adquirir dados mais atuais, tanto por parte da Prefeitura Municipal de Palmeira das Missões-RS como também por parte dos dados do IBGE e demais sites governamentais que somente nos apresenta indicadores econômicos do último censo demográfico.

### Referências

- AZEVEDO, Janete Lins de. Programas federais para a gestão da educação básica: continuidades e mudanças. **RBPAAE**, Porto Alegre, v.25, n.2, 2009.
- BRASIL. Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27894.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação. Lei Nº 10.172, de 9 de Janeiro De 2001. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, DF, Brasília, 9 de jan 2001.
- BRASIL. Lei Nº 11.274, 6 de Fevereiro De 2006. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. **Diário Oficial da União**, DF, Brasília 6 de fevereiro de 2006
- BUENO, Belmira Oliveira *et al.* (Orgs.). **A vida e o ofício dos professores**. São Paulo: Escrituras, 1998.
- CHAMLIAN, H. C. Experiências de Pesquisa: o sentido da universidade na formação docente. **Tese (Livre Docência)**. São Paulo: Faculdade de Educação USP, 2004.
- DOURADO, L. F. **Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política**. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 31, n. 112, julho-setembro/2010, p. 677-705.
- FERNANDES, R. M C.; MACIEL, A. L. S.; CLOS M. B. **O perfil e a incidência do terceiro setor nas políticas públicas: a realidade gaúcha em análise**. São Luís - SP, 2012.
- FERRAROTTI, Franco. Sobre a autonomia do método biográfico. *In*: NÓVOA, A.; FINGER, M. (Orgs.). **O método (auto) biográfico e a formação**. Lisboa: Departamento de Recursos Humanos da Saúde/Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 1988.
- FRANZESE, C. (2010). Federalismo cooperativo no Brasil: da constituição de 1988 aos sistemas de políticas públicas. **Tese de Doutorado**. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GRABOWSKI, G; RIBEIRO, J A R. Reforma, legislação e financiamento da educação profissional no Brasil. *In*: MOLL, Jaqueline e colaboradores. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- FAMURS. **Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul. Informações municipais**. Disponível em: [http://www.famurs.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=40&Itemid=191](http://www.famurs.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=40&Itemid=191) . Acesso em: 24/04/2014.
- FERREIRA, O, F; FILHO, H, R, F; BELTRÃO, E, P. **Isomorfismo, Legitimidade E Mitos Na Dinâmica Organizacional Da Gestão Universitária: Como Fatores Institucionais Que Podem Atuar No Processo De Mudanças Em Uma Instituição De Ensino Superior Privada Na Cidade De Belém-Pa**, Universidade do Estado do Pará, 2013.
- GIRO, S.BARBOSA, R, J. Importância Da Gestão Democrática Dos Recursos Públicos Destinados À Educação. **Revista Científica Eletônica De Administração**, junho de 2007.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br> . Acesso em: 24/04/2014.

- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **CENSO ESCOLAR 2013**. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/home>. Acesso em: 25/04/2014.
- IDEB. **ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/home>. Acesso em 25/04/2014. Acesso em: 25/03/2015.
- IDEB. **ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb> . Acesso em: 25/03/2015.
- INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2013**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 25/03/2014.
- JUSTI, E ,B ,L. JUSTI, J. SILVA, L, M. GONÇÁLVES, L, H. ARANHA, J, A, M. JUSTI, J. Administração Participativa na Gestão Pública: um destaque para o controle social. **In. Seminário Internacional de Integração e Desenvolvimento Regional**, Ponta Porã- MS, set. 2013.
- KUENZER, Acácia. **O Ensino Médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020**. Educação & Sociedade, v. 112, 2010.
- LIMONTE, R.M. PERES, U.D. CALDAS,E,L. Política de fundos na educação e desigualdades municipais no estado de São Paulo: uma análise a partir das arenas políticas de Lowi. **Rev. Adm. Pública** — Rio de Janeiro 48(2):389-409, mar./abr. 2014
- LOTTA, G,S. GONÇÁLVES, R. BIETELMAN, M. A Coordenação Federativa de Políticas Públicas: uma análise das políticas brasileiras nas últimas décadas. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v.19, n.64, jan./jun. 2014
- MOISÉS, M.; KLIGERMAN, D. C.; COHEN, S. C.; MONTEIRO, S. C. F. A política federal de saneamento básico e as iniciativas de participação, mobilização, controle social, educação em saúde e ambiental nos programas governamentais de saneamento. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.15, n.5, Rio de Janeiro, ago. 2010.
- PAZ, S R; OLIVEIRA, R . A educação tecnológica e profissional como programa/ política de Estado: análise da política nacional de qualificação profissional do Brasil. **Jovens, ensino médio e educação profissional: políticas públicas em debate**. Campinas: Papyrus, 2012, p. 125-162.
- SANTOS, I,B, A. OLIVEIRA, M, S. Políticas públicas na educação de jovens e adultos: projetos de letramento, participação e mudança social. **Periódicos IFSC. EJA EM DEBATE**, Florianópolis, v.1, n.1. nov. 2012.
- SANTOS, Maria das Graças dos. Políticas públicas: contribuições para o debate. In: KANAANE, Roberto; FILHO, Alécio Fiel; FERREIRA, Maria das Graças (Orgs.). **Gestão Pública: planejamento, processos, sistemas de informações e pessoas**. São Paulo: Atlas, 2010, p. 3-15.
- SECRETARIA DA EDUCAÇÃO/ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**. Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/projetos.jsp?ACAO=acao1>. Acessado em: 18/08/2015.